

letra

o jornal do alfabetizador



MALA DIRETA
POSTAL
9912240297 DR MG
CEALE/UFMG

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA
...CORREIOS...

ISSN 1808-0650



Belo Horizonte, maio/junho de 2010 - Ano 6 - nº22

Um direito que prevê muitos deveres 8

Emenda 59 reforça as discussões sobre a qualidade da educação infantil

Aula extra 6

Educação sexual também deve estar nos currículos escolares

Livro na roda 7

Morte, separação dos pais, gravidez... temas do mundo real na literatura infantil

O tema é 5

Diferentes modos de ler

Direitos e preferências das crianças: leituras e práticas culturais em foco



ZÉLIA VERSIANI E ISABEL CRISTINA FRADE - professoras da Faculdade de Educação da UFMG, pesquisadoras do Ceale e editoras pedagógicas do Letra A

Crianças, mais do que tudo, são sujeitos de direitos, e temos obtido várias conquistas a partir de movimentos sociais e educacionais. A extensão do ensino público obrigatório vem se ampliando e já se prevê o ingresso de crianças a partir dos quatro anos na escola. Antes apenas para famílias que podiam pagar, a pré-escola passará a ser uma conquista para todas as crianças, a partir de 2016. Ela se tornará parte da educação básica obrigatória, de responsabilidade do Estado, assim como os anos do ensino médio. Mas sabemos que a garantia de vagas por si só não resolve os problemas da educação brasileira; é preciso, também, melhores condições materiais de ensino, ancoradas numa política salarial e de qualificação dos profissionais da educação que atuam nesses segmentos. A Emenda Constitucional 59, aprovada em novembro de 2009, que trata desse assunto, é o tema da seção Em destaque deste *Letra A*.

As análises feitas por profissionais/pesquisadores ligados ao segmento da educação infantil deixam claro que ainda há uma série de pontos relacionados à implementação dos direitos para que uma lei não seja apenas uma utopia, mas, de fato, uma realidade: é preciso que as questões de financiamento da educação infantil sejam colocadas na pauta de discussão para que os recursos não sejam deslocados para outros segmentos da educação; que sejam feitos investimentos na criação de cursos superiores específicos para esta etapa da vida escolar; que sejam produzidos documentos que indiquem formas de implementação e orientações pedagógicas compatíveis com a realidade brasileira.

A leitura também é uma experiência cultural que perpassa a vida de crianças no segmento da educação infantil e o contato com os textos deve ser garantido pela mediação de profissionais qualificados. Hoje dispomos de programas de governo como o PNBE, que garante a presença de bons livros para crianças bem pequenas, ou seja, o Estado vem cumprindo sua parte no suprimento de recursos didáticos: precisamos, então, formar bons leitores professores e construir propostas pedagógicas para a utilização desses acervos. A entrevista deste número demonstra como os programas televisivos de qualidade, dirigidos ao público infantil, propõem um diálogo com a literatura e com o suporte livro, ao mesmo tempo em que são explorados recursos audiovisuais que ampliam as linguagens e o universo das crianças pequenas.

Produzir atrações que escapem do incentivo ao consumo, da erotização e do maniqueísmo, tão presentes na produção cultural de massa, não é prática comum nos programas educativos destinados a meninos e meninas. São raras as produções que pesquisam as preferências e os modos de ser criança e que abrem espaço para que elas se expressem. A entrevista deste número dá uma ótima contribuição para pensarmos a produção de programas educativos infantis que buscam garantir outros princípios éticos e estéticos.

Hoje, quando falamos em leitura, não nos passa pela cabeça que ela, em algum momento da história, tenha sido considerada uma prática não muito bem vinda ou maléfica para a vida das pessoas. Os leitores já foram taxados de loucos, lunáticos. Ler perturbava as ideias e devia ser uma atividade regrada. Para mulheres e crianças, um tipo de leitura; para os homens, outro. Muita leitura podia levar à perda do juízo. Nos dias atuais, vivemos, ao contrário, a supervalorização da leitura, e os discursos sobre ela apontam o quanto é boa e necessária para todos: crianças (e até bebês!), jovens e adultos, mulheres e homens. Além dessas mudanças operadas no tempo, a leitura em cada época se caracteriza por diferentes modos – silencioso ou oralizado – de acordo com os espaços sociais em que se lê. Há que se considerar, ainda, que as estratégias que utilizamos para ler não são as mesmas quando lemos um *outdoor*, um livro, ou um jornal. Para cada um desses suportes, desenvolvemos modos específicos de ler, conforme a reportagem de O tema é.

Também as temáticas dos livros de literatura mudam conforme as épocas e nem sempre se aceitam determinados conteúdos para o público infantil. A favor de uma maior liberdade e abertura para assuntos como morte e sexualidade, a matéria da seção Livro na Roda mostra como temas muitas vezes restritos aos adultos podem ser muito bons para as crianças. Meninos e meninas também passam por situações de perda, de sofrimento, de dúvidas em relação ao corpo etc. Então, por que impedir que tenham contato com narrativas que ajudam a compreender essas difíceis experiências?

Esperamos que as reportagens deste número contribuam para mais uma reflexão sobre os direitos da criança brasileira.

Abraços das editoras!

COLÓQUIO INTERNACIONAL

Os interessados em participar das sessões de *Comunicação Individual* do III Colóquio Internacional sobre Letramento e Cultura Escrita têm até o dia 15 de julho para enviar seus trabalhos. O evento ocorre de 5 a 8 de outubro de 2010 na Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os textos podem ser em coautoria e devem se organizar em torno de um dos seis eixos temáticos propostos pelo Colóquio.

A realização do evento é do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG e do Ceale. Mais informações pelo Portal Ceale (www.ceale.fae.ufmg.br) ou pelo e-mail: coloquioletramento@gmail.com

Envie suas críticas e comentários à equipe do Letra A. Mande seu comentário, crítica ou sugestão para letra.a@fae.ufmg.br ou ligue para (31) 3409-5334.

EXPEDIENTE

Reitor da UFMG: Clélio Campolina Diniz | Vice-reitora da UFMG: Rocksane de Carvalho Norton | Pró-reitor de Extensão: João Antônio de Paula | Pró-reitora adjunta de Extensão: Maria das Dores Pimentel Nogueira
Diretora da FaE: Samira Zaidan | Vice-diretor da FaE: Antonio Júlio de Menezes Neto | Diretora do Ceale: Francisca Izabel Pereira Maciel | Vice-diretora do Ceale: Sara Mourão Monteiro
Editoras Pedagógicas: Zélia Versiani e Isabel Frade | Editora de Jornalismo: Fernanda Santos (13409/MG) | Projeto Gráfico: Marco Severo | Diagramação: Aurelizia Lemos | Reportagem: Aline Diniz, Alisson Paiva, Ana Flávia de Oliveira e Juliano Ferreira.

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31.270-901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211/ 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - www.ceale.fae.ufmg.br



O que significa o ensino religioso para a escola?



Foto: Acervo pessoal



MATILDE MAKIVAMA - Pedagoga especialista em ensino religioso e diretora da Escola Caritas, em São Paulo

No artigo intitulado *Ética: questões fundamentais*, o professor da Universidade de São Paulo, Luiz Jean Lauand, afirma que "o homem, diziam os antigos, é fundamentalmente um ser que se esquece". A sensibilidade para as questões essenciais e decisivas da vida vai embotando ao sabor da rotina do cotidiano. O que é ser homem? Quem sou eu, afinal de contas? O que é a felicidade? De onde vim? Para onde vou? Neste misto de desatenção e esquecimento, para L. J. Lauand, está a razão da crise de caráter espiritual, de orientação, de

sabedoria e de moral. É uma crise tão grave que muitos dos seus protagonistas mal suspeitam de que essa carência existe e de que realmente é uma carência. Esta questão abre-nos com toda propriedade uma tentativa de responder à pergunta sobre a função do ensino religioso. Pois que, se existe uma razão de ser para o ensino religioso nas escolas, é esta: o resgate da própria razão de ser do homem.

Compreendo a educação como um processo global integral que reúne todos os níveis de conhecimento, dentre os quais está o aspecto religioso. Ela contribui para um melhor relacionamento do aluno com as novas realidades que o cercam: o individualismo, o descartável, o mundo digital, a experiência religiosa sem instituição etc. A sala de aula se torna um espaço privilegiado de reflexão na busca de respostas para as questões existenciais e na compreensão do transcendente. Podemos considerar quanto aos aspectos essenciais que orientam a ação pedagógica do ensino religioso: a pedagogia do limite, a linguagem simbólica e, sobretudo, a dimensão dos valores humanos (a cultura da paz, da solidariedade e do amor).

Acredito num ensino religioso necessariamente aberto à tolerância, ao diálogo e que, na medida da busca, vá se constituindo também na sua integridade humana. De qualquer forma, o conhecimento religioso enquanto patrimônio da humanidade deve estar à disposição na escola, independente de religião.

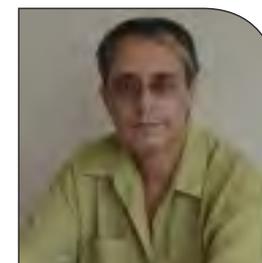


Foto: Acervo pessoal



VANDERLEI DE BARROS ROSAS - teólogo, filósofo e psicólogo

A questão do ensino religioso nas escolas públicas é tratada de forma lacunar no acordo Brasil-Vaticano. No corpo do artigo 11, é afirmado que "A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa" (**grifo meu**). No seu parágrafo único, não se estabelece obrigatoriedade e nem se legisla sobre a questão do ensino religioso, mas é dito que "O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação" (**grifo meu**).

Um acordo é sempre bilateral, ou seja, ambas as partes precisam estar conformes. Portanto, pontuo alguns princípios que merecem uma atenção muito especial: o da mutualidade, o da historicidade, o democrático, o da liberdade religiosa e o princípio da separação entre o Estado e a Igreja. Existe reciprocidade neste acordo? Como se daria a questão de divergências e conflitos de princípios, uma vez que o Estado brasileiro é laico e o Vaticano é a suprema autoridade da Igreja Católica? Existe tolerância e liberdade religiosa no Vaticano? A Santa Sé teria tolerância com relação a outras religiões em suas instituições de ensino?

O Estado Brasileiro é laico e assim precisa permanecer por se tratar de uma evolução histórica. Penso que o acordo Brasil-Vaticano pode se constituir em um retrocesso. A responsabilidade da orientação religiosa pertence à família; o Estado, que é autônomo, independente e soberano, precisa cumprir sua função de formar cidadãos críticos, conscientes e responsáveis, e deixar que as instituições eclesásticas, família e sociedade organizada cuidem da sua parte.

DICIONÁRIO DA ALFABETIZAÇÃO

Vocabulário

A expressão **vocabulário** se refere a um grupo de palavras conhecidas ou utilizadas por um indivíduo ou por um grupo definido de pessoas. Assim, vocabulário de uma pessoa é o conjunto de palavras que ela utiliza ou é capaz de compreender. Já o **léxico** constitui o conjunto de todas as palavras de que uma determinada língua dispõe, num dado momento histórico. Desse modo, nas diversas situações de comunicação, o que está em jogo é o vocabulário das pessoas, pois nenhum falante de uma língua domina todo o seu léxico. Ele faz uso de um conjunto de palavras que constitui o seu vocabulário, o qual permite que ele se comunique com efetividade no seu contexto.

A escola e o ambiente familiar constituem duas grandes

fontes de estimulação para o desenvolvimento do vocabulário. Na escola, a ampliação do vocabulário de uso, na fala e na escrita, é um dos objetivos do ensino de português. Como o vocabulário de uma pessoa é sempre vinculado ao seu contexto de vida e de cultura, é papel da escola ampliar o universo de referências e de contatos dos alunos com materiais diferenciados que lhes permitam interações humanas variadas e contatos com outras referências culturais.

E uma das formas de ampliar o repertório lexical do aluno, na escola, é a leitura de textos de gêneros variados, atentando para o contexto em que as palavras são utilizadas, o que vai lhes conferir um sentido, bem como o desenvolvimento de atividades de busca e identificação do significado de

palavras novas, com a consulta a dicionários. É importante não esquecer que uma estratégia utilizada por leitores proficientes é a de buscar inferir o sentido de uma palavra a partir do contexto em que ela aparece, ou por meio da analogia com outras palavras de estrutura semelhante.

Dificuldades com vocabulário podem estar associadas ao fracasso escolar, pois a escola introduz formalmente o aluno no âmbito de diversas áreas do conhecimento, cujo vocabulário específico precisa ser dominado. Além disso, a cultura escolar se assenta na leitura e na compreensão e produção de textos escritos, e o domínio de um vocabulário cada vez mais ampliado tem grande relevância nesses processos.



ANA MARIA DE CARVALHO LUZ - Licenciada em letras e mestre em educação, é professora aposentada de Metodologia de Ensino de Português da Universidade Federal da Bahia



Contadores de histórias

A leitura e a escrita podem ser incentivadas com atividades criativas

(ALINE DINIZ)

"O método de indicar um livro para leitura e depois cobrar seu conteúdo em uma prova não motiva os estudantes"; essa é a opinião da professora Delia Andrade, da Escola Estadual Francisco Firmo de Matos, em Contagem (MG). Para trabalhar literatura com seus alunos, a educadora propôs o projeto *Contador de histórias*, que, além da leitura, desenvolve a escrita e a criatividade das crianças. Trata-se de um *show* de literatura, leitura e encenação, apresentado há quatro anos pelos alunos que cursam o quinto ano na escola.

Primeiramente é feito um sorteio para determinar quais estudantes irão ficar por conta das apresentações. Em seguida, os sorteados vão à biblioteca e, com ajuda da

bibliotecária, escolhem uma obra sem deixar que os colegas saibam qual é. A partir daí, as crianças escrevem um reconto do livro e apresentam a história para toda a turma. Os espectadores ficam com a tarefa de copiar o reconto do colega e fazer um comentário acerca desse texto.

Ao final do trabalho, a professora Delia encaderna todo o material impresso e produz um livro para a turma. Esse livro circula pelas casas dos estudantes para que as famílias leiam os textos e tenham a oportunidade de participar do processo. Segundo a educadora, os alunos adoram a atividade, pois se tornam o centro das atenções no dia da apresentação individual. "Até mesmo os mais tímidos se envolvem e se sentem motivados", diz, satisfeita.

Grandes mestres

Alfabetização e letramento com clássicos da literatura infantil (ALISSON PAIVA)

O patinho feio, O soldadinho de chumbo, A pequena sereia. Esses foram alguns dos contos utilizados nas atividades pedagógicas propostas pelo projeto *Alfabetizando e letrando com os grandes mestres da literatura infantil*, criado em 2008 pela professora Alessandra da Silva. O principal objetivo do trabalho era contribuir com o progresso das crianças nos processos de alfabetização e letramento, a partir do contato com os clássicos da literatura infantil.

O projeto foi realizado com alunos do 1º ano do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Edmir Viana de Moura, na cidade de Caçapava (SP). Alessandra da Silva conta que o trabalho se baseou na investigação da vida e obra de grandes autores, como o famoso escritor dinamarquês Hans Christian Andersen. Os alunos foram instigados a pesquisar a origem dos contos e a história de vida dos escritores. "Algumas atividades mostravam como a história de vida do autor pode influenciar suas histórias."

Depois de conhecerem e se aprofundarem no estudo dos contos, os alunos deveriam produzir suas próprias histórias. "Eles passaram a enxergar a literatura como arte e, mais ainda, descobriram que também podiam se expressar por meio dessa arte", conta a professora. A turma produziu um livro de contos coletivo e outros livros com histórias individuais, que depois foram apresentados em uma exposição.

De acordo com Alessandra da Silva, os resultados das pesquisas e dos trabalhos produzidos pelas crianças mostraram um avanço significativo nos níveis de alfabetização e letramento delas. "Agora, elas se preocupam mais com a autoria das obras, melhoraram sua leitura, suas produções e até conversam melhor", diz. No final de 2008, o *Alfabetizando e letrando com os grandes mestres da literatura infantil* foi o vencedor da 3ª edição do prêmio Professores do Brasil, categoria Ensino Fundamental, promovido pelo Ministério da Educação.

Licença poética para ensinar

Alfabetização a partir de poemas envolve os alunos de uma escola mineira (JULIANO FERREIRA)

A professora Vera Lúcia de Sá, da Escola Estadual Major Lage, em Itabira (MG), encontrou uma forma diferente de ensinar seus alunos do 1º ano do ensino fundamental a ler e escrever. Com o projeto intitulado *Sorria, isso é poesia*, realizado desde julho de 2009, ela trabalha a alfabetização e o letramento das crianças por meio de poesias.

A ideia para o trabalho surgiu a partir de uma sugestão da também professora Miriam Chaves, que coordena o *Mala de Leitura*, projeto desenvolvido na UFMG, do qual Vera Lúcia participa. Miriam aconselhou Vera a utilizar a obra *De letra em letra*, do escritor mineiro Bartolomeu Campos de Queirós. "Eu trabalhei o alfabeto a partir das poesias do livro, letra por letra. Além disso, eu e as crianças criamos nossos próprios poeminhos, usando a técnica de escrita do Bartolomeu", conta a professora.

Ela afirma que, ao abordar a alfabetização e o letramento por meio de poesias, o processo de aprendizado da leitura e da escrita dos alunos se tornou mais prazeroso. Entretanto, a língua portuguesa não foi a única contemplada pela iniciativa. "O projeto é interdisciplinar. O meu trabalho ficou mais restrito porque optei por poesias, mas, mesmo assim, deu pra criar atividades dentro da disciplina de história, como o estudo da biografia do Bartolomeu Campos de Queirós."

Foram tantos os textos produzidos pelos alunos de Vera Lúcia no projeto que eles decidiram transformar o conjunto das poesias escritas em classe numa coleção de livros. Além dos textos, a arte visual das obras, feita com origamis coloridos, também ficou a cargo das crianças. "Até editora fictícia nós criamos, chamada Turminha Legal. Isso serve, acima de tudo, como um registro escolar da evolução dos meninos", conclui.

Modos e objetivos da leitura

Para cada situação, há um modo de ler mais adequado e todos eles merecem destaque na escola (ALISSON PAIVA)

Estamos sempre buscando compreender o mundo e para isso "lemos" tudo que acontece a nossa volta. O som de um grito, por exemplo, pode ser interpretado como uma agressão, um susto, uma expressão de medo ou um simples modo de chamar a atenção de alguém que está longe de quem grita. Por sua vez, um *psiu* pode ser "lido" como um apelo para alguém que está perto e com quem é preciso falar ou como um pedido de silêncio. As circunstâncias é que vão dizer o sentido dos usos de uma e de outra forma de expressão. Os modos de leitura se adequam a situações de acordo com o contexto e objetivos específicos dos leitores, o suporte ou o gênero do texto e contam com os conhecimentos prévios de texto e das situações de leitura em que são dados a ler.

Segundo o professor Antônio Augusto Gomes Batista, da Faculdade de Educação da UFMG, os modos de leitura têm influências históricas. Em cada época e em cada sociedade, a prática da leitura foi realizada de maneiras diferentes e com fins específicos, de acordo com a forma como cada uma delas compreendia o ato de ler.

Na Grécia Antiga, por exemplo, onde a tradição da oralidade se manteve mesmo após o surgimento da escrita, os textos eram lidos em lugares públicos e em voz alta, para a socialização do saber. Além disso, a leitura oral se fazia necessária pela própria configuração dos textos, pois não havia o que hoje conhecemos como saliência textual, que são as diferenciações gráficas que nos permitem distinguir palavras, frases, títulos etc. Dessa forma, a leitura em voz alta facilitava a compreensão desses textos e conferia sentido a eles.

Para cada texto, um modo de ler

A professora Márcia Abreu, de Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas, ressalta que, mesmo atualmente, podemos perceber como a oralização pode gerar diferentes interpretações. "Nos saraus de poesia, por exemplo, é a sonoridade que confere sentido ao texto lido." Especializada em história da leitura, Márcia Abreu destaca que, a partir do século XIX, a leitura em voz alta se tornou cada vez mais restrita às elites, ocupando os espaços das igrejas e tribunais. Em consequência, a leitura silenciosa tomou os espaços das casas, bibliotecas e praças.

Ela lembra, ainda, que, até o século XVIII, algumas pessoas acreditavam que a leitura era prejudicial e, por isso, deveria ser realizada com moderação. Outros defendiam que apenas os homens necessitariam se instruir pelos livros; mulheres e crianças deveriam ler apenas para entretenimento. Havia, ainda, aqueles que rejeitavam a literatura dos romances, pois temiam que as obras conduzissem a comportamentos considerados inadequados.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, acredita-se que a leitura silenciosa favorece a concentração e a organização das ideias do leitor. A prática é bastante utilizada por estudiosos para adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades intelectuais. Essa é uma das principais concepções acerca da função da leitura em nossa sociedade, mas, além do objetivo de estudar, existem outras finalidades para o ato de ler em nosso dia a dia. "Em cada situação, o leitor aplica uma forma de ler de acordo com seus objetivos de leitura, suas intenções", diz Antônio Augusto Gomes Batista. E explica: "Ler revistas numa sala de espera, por exemplo, pode ser algo superficial – imagens, títulos ou palavras-chave. A leitura de um jornal também pode ser feita de maneira seletiva, de acordo com o assunto de interesse".

O professor destaca, também, que a afinidade com o tema lido ou a prática com o suporte (jornal, livro, televisão, internet etc.) são fatores importantes em uma leitura. Um biólogo, por exemplo, possivelmente, irá demorar mais tempo para ler um texto sobre física quântica e o fará com mais atenção para conseguir apreender melhor o conteúdo. Contudo, se ele buscar apenas um dado ou uma fórmula específica de sua área, poderá ler de forma mais rápida e seletiva.

Na sala de aula, diversas maneiras de ler

Mas e em sala de aula? Qual seria a melhor maneira de aplicar as diferentes práticas e modalidades de leitura no ensino? Na verdade, não existe uma fórmula para ensinar aos alunos como e de que forma ler. O ideal é que, com o auxílio do professor, o estudante aprenda como trabalhar diferentes habilidades. "O que os professores podem fazer é propor situações variadas de leitura com seus alunos. Assim, eles irão se tornar aptos a enfrentar desde as situações mais corriqueiras, como ler placas na rua, até situações mais complexas, como ler uma matéria jornalística ou entender um manual de instruções", aconselha Antônio Augusto Gomes Batista.

Uma das atividades desenvolvidas pode ser o trabalho de interpretação de textos orientado por objetivos de leitura. Por exemplo: antes da leitura de um texto, sugerir que os alunos o leiam com algum objetivo: resumi-lo para um jornal da turma; resenhá-lo para um catálogo que circulará na biblioteca da escola; etc. Isso estimula o desenvolvimento da capacidade de compreensão e raciocínio já que, de alguma forma, a leitura se orienta para alguma atividade a ela relacionada.

Outra opção para o educador é trabalhar a leitura oral com as crianças, de forma individual e coletiva. Dessa maneira, elas percebem pausas, ênfases e entonações em cada tipo de leitura. É interessante que o professor também leia em voz alta, mostrando aos alunos como ele lê de modo diferente, de acordo com o texto e a situação que o envolve – a leitura de uma poesia num sarau é bem diferente da leitura de uma história dramática preparada para ser apresentada para a turma. Assim as crianças terão um exemplo de como podem, elas mesmas, descobrir que lemos de maneiras bem diversas e que a compreensão dos textos tem relação com os objetivos das nossas leituras, com os modos de ler – silenciosamente ou "em voz alta" – a partir do contato com vários suportes.



De onde vêm os bebês?

Assim como as perguntas sobre língua portuguesa e matemática, questões sobre sexualidade devem ter espaço em sala de aula (ALINE DINIZ)

Professora, o que é sexo? Esse é apenas um dos vários questionamentos feitos pelas crianças que costumam deixar os adultos em uma "saia justa". Muitos educadores não se sentem preparados para explicar aos alunos mais novos questões relativas à sexualidade. Entretanto, esse é um tema que precisa ser encarado pelos docentes.

Para o professor Anderson Ferrari, da Universidade Federal de Juiz de Fora, não existe uma idade ideal para se discutir sobre sexualidade na escola. Esse tema deve surgir naturalmente, de acordo com as necessidades dos estudantes. "A educação sexual deve começar assim que os alunos demonstram questionamentos e interesse sobre o assunto". A psicanalista e doutora em educação, Margarete Miranda, endossa essa perspectiva: "o importante não é

considerar a idade para esclarecer sobre sexualidade, mas a maturidade de cada criança para querer saber sobre essa questão".

O problema é que nem sempre é oferecida uma formação adequada nessa área, o que, na visão de Anderson Ferrari, prejudica os educadores em sala de aula. O professor acredita que o primeiro passo a ser dado pelos profissionais da educação deve ser "a busca pela segurança", ou seja, aqueles educadores que se sentem inseguros precisam assumir o seu desconhecimento e procurar ajuda. Essa formação pode ser obtida por meio de leituras, grupos de estudos, conversas entre colegas ou auxílio de um especialista no assunto. "A falta de conhecimento só se torna um problema quando o educador prefere ignorar tanto a sua dificuldade quanto os questionamentos dos alunos."

Enfrentando o problema

Os estudantes devem se sentir à vontade para fazer perguntas sobre assuntos relativos à sexualidade, e é papel dos docentes criar um ambiente de confiança para que esse processo possa ocorrer. Margarete Miranda defende que o "educador tem a função de esclarecer dúvidas e regular os excessos". Porém, ao proibir atitudes das crianças, ele deve também oferecer explicações e espaço para que o aluno exponha o que o perturba.

Diante das perguntas constrangedoras e curiosidades de seus alunos, a professora Abadia de Santana, que leciona para o 4º ano da Escola Municipal Vinícius de Moraes, em Palmas (TO), resolveu elaborar um projeto que tratasse a sexualidade em sala de aula. Surgiu, então, em 2008, o *Por onde nascemos?* O trabalho tem como objetivo responder aos questionamentos das crianças e alertar os pais para a importância de informar e orientar os filhos sobre a sexualidade.

Dentre as atividades do projeto, está a exibição do filme *A bagagem das mulheres da floresta* (produzido pelo MEC em 2007), que mostra as diferenças entre meninos e meninas, e o debate sobre dois livros que abordam a sexualidade: *De onde vêm os bebês*, de autoria dos norte-americanos Andrew C. Andry e Steven Schepp; e *Mamãe botou um ovo!*, da inglesa Babette Cole. Além disso, os estudantes confeccionam cartazes informativos sobre doenças sexualmente transmissíveis, produzem textos e ilustrações.

A professora conta que, no início do projeto, os desenhos feitos por alguns alunos foi o que mais lhe chamou a atenção. "Fiquei surpresa com o conhecimento deles sobre sexo. Tive que refletir e pedir ajuda à orientadora pedagógica para decidir o que deveria ser feito." Elas chegaram à conclusão de que precisariam conversar separadamente com os pais das crianças até mesmo para alertar os responsáveis para o que os filhos assistiam na televisão e pesquisavam na internet. "Houve casos de alunos que possuíam vídeos e desenhos pornográficos num *site* de relacionamentos na internet e os pais não tinham nem noção disso", conta a educadora.

Trabalho em conjunto

Antes de iniciar as atividades com os alunos, a professora sempre se reúne com os pais das crianças para explicar e discutir o funcionamento do projeto. "Deve haver ligação com a família, pois alguns pais podem não entender os objetivos das atividades", justifica Abadia de Santana.

As reuniões são importantes também para que a família não "se assuste quando a criança chegar em casa falando de sexo", esclarece a professora. Ela ressalta, ainda, que não é produtivo a escola tratar a sexualidade

de uma maneira aberta e dialógica se a criança não tiver a abertura para abordar o assunto em casa.

Entretanto, falar sobre sexo com os filhos ainda é difícil para muitos pais. "A sexualidade pode representar um tapa na cara tanto para pais quanto para professores", diz Anderson Ferrari. Ele cita o exemplo de uma amiga, que há quinze anos estuda gêneros, mas ficou muda quando a filha lhe perguntou como havia nascido. O professor acredita que situações como essa podem ser facilitadas por meio do diálogo e do trabalho em conjunto entre pais

e professores para esclarecer as dúvidas de adultos e crianças.

Foi o que aconteceu na escola da professora Abadia de Santana. A postura de pais, alunos e da própria escola diante dos temas relativos à sexualidade mudou após a implantação de seu projeto. "As dúvidas diminuíram e as crianças passaram a respeitar mais o próprio corpo e o dos colegas", conta, satisfeita.

Não é faz de conta

Histórias infantis que abordam temas delicados são importantes para que as crianças compreendam melhor o "mundo real" (JULIANO FERREIRA)

O pai de Carlos morreu recentemente. Como era de se esperar, o garoto, de dez anos, passa alguns dias sem ir à escola. Ao retornar, sua professora resolve ler para a classe um livro que conta sobre a morte de um ente querido. Terminada a história, a sensação é de que foi retirada a tampa de uma caixa: os alunos podem externar suas emoções que estavam, de certa forma, silenciadas, pois aquele tema sempre havia sido encarado como um tabu. Essa história é ficcional, contudo, ilustra uma situação a que as crianças estão sujeitas e, na maioria das vezes, não sabem como lidar com ela.

Ler para entender

Uma boa maneira para abordar com as crianças mais novas temas delicados, como morte, separação dos pais, doenças e sexualidade, é por meio da literatura. Segundo a professora Nilma Lacerda, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a literatura é um espaço privilegiado para se falar a respeito de situações radicais, imprevisíveis, e que atingem a todos – inclusive a criança. "Os mais novos vivem intensamente essas experiências, como qualquer outra pessoa, mas faltam a eles alguns mecanismos existenciais para poderem responder de uma forma não tão devastadora", afirma. A professora, que faz parte do Programa de Pós-graduação de Especialização em Literatura Infantil e Juvenil da UFF, considera que a leitura de livros infanto-juvenis que abordam temas delicados ou polêmicos fornece aos seus leitores tais mecanismos de assimilação. "Ao ler, você experimenta outras situações, outras circunstâncias de vida, em função da identificação com a personagem. Ela é um ser de palavras, e, caminhando ao lado dela, o leitor pode elaborar seus próprios conflitos e encontrar as respostas pessoais para eles."

Há diversas obras literárias que tratam esses tipos de assuntos. Dois livros que centralizam a questão da morte, um dos temas mais complicados de se discutir, são *Vó Nana*, da escritora sul-africana Margareth Wild, e *Nós Três*, de Lygia Bojunga. O primeiro conta a história de uma porca já em idade avançada que prepara a neta (ambas representadas como animais antropomorfizados) para lidar com sua morte. De acordo com a também professora da UFF, Sonia Monnerat, essa narrativa cumpre bem seu papel, pois "passa ao leitor um exemplo de experiência do que é deixar uma vida, uma memória, e do que é continuar a vida que foi recebida e partilhada". Já em *Nós Três*, uma menina de dez anos presencia um assassinato passional, e se utiliza do sono (e do sonho) para "escapar" do problema que acabou de viver. "A história contada ajuda a explicar uma das formas de reação da criança a situações críticas. A partir do seu sonho, ela vai elaborar o terrível fato que viu, e ter condições de viver com aquilo até ter coragem para falar sobre o assunto", ressalta Nilma Lacerda.

Outros temas não deixam de ser abordados. Em *Meu corpo é especial*, da norte-americana Cynthia Geisen, vem à tona a questão do abuso sexual infantil. Nele, orienta-se a criança a não guardar para si mesma a agonia, caso tenha sofrido alguma agressão desse tipo, e a contar a algum adulto em quem confia a situação pela qual tenha passado. Nas obras: *Mamãe trouxe um lobo para casa!* e *A coleção de bruxas do meu pai*, ambas da escritora Rosa Amanda Strausz, o foco está nos divórcios de pais, contados por meio de metáforas. No primeiro título, uma mãe divorciada

encontra problemas na relação entre o seu novo namorado e o seu filho, que o enxerga como um grande lobo. No segundo, os filhos de um pai recém-separado encaram suas possíveis madrastas como bruxas terríveis.

Ponte para o diálogo

Livros desse tipo também têm espaço nas escolas. Em 2007, a professora Andrea Costa desenvolveu uma pesquisa de mestrado sobre o trabalho de educadores em sala de aula com obras que abordavam a gravidez na adolescência. Segundo ela, embora se limitasse às aulas de literatura, o modo como as obras eram utilizadas nas escolas que visitou variava bastante. "O professor usa os livros paradidáticos como um suporte para debater temas polêmicos com os alunos. No entanto, enquanto alguns discutem de forma mais aberta, outros cerceiam muito os assuntos, dando uma abordagem um pouco reducionista", avalia. Para Nilma Lacerda, essa abordagem mais limitada que alguns professores fazem das obras prejudica o entendimento dos alunos acerca do assunto tratado, pois não permite que eles se manifestem tão livremente, impondo uma visão mais adequada, segundo determinado ponto de vista. "Esse fato denota simplesmente que essa professora também está carregada de limites, de preconceitos em relação ao tema, de medo de abordar determinados assuntos". De acordo com a especialista, isso, inclusive, vai contra o objetivo da literatura, que é permitir vários sentidos e interpretações em coexistência.

Além de auxiliar nas discussões desses temas em classe, os livros podem ajudar a estabelecer um diálogo entre pais e filhos. Nilma Lacerda cita o exemplo de um processo de separação de um casal: "Se o pai ou a mãe ler um conto que faz alusão ao divórcio para o filho, a própria ficção o ajuda a falar dessa experiência, a preparar o menino para a mudança de rotina". Os especialistas destacam, contudo, que, apesar de ser positivo esse tipo de discussão, é recomendável que seja feito moderadamente, só até o ponto em que se percebe que a criança necessita e deseja conversar.

Crianças mais cedo na escola

Emenda Constitucional prevê a garantia de oferta da educação básica para alunos a partir de quatro anos de idade, mas a deficiência de infraestrutura para receber essa demanda preocupa especialistas e profissionais da educação (ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA)

A partir de 2016, além do ensino fundamental, o Estado deverá assegurar o acesso gratuito à pré-escola e ao ensino médio. A oferta deve ser garantida a todos os indivíduos de quatro a 17 anos, ou de outras faixas etárias, caso não tenham tido acesso à educação básica na idade própria. Tal modificação foi estabelecida pela Emenda Constitucional nº. 59 (EMC - 59), aprovada em novembro de 2009. "Isso quer dizer que tanto os pais podem entrar na justiça se não conseguirem uma vaga para os filhos, quanto o Estado pode penalizar as famílias que não matriculem as crianças e os adolescentes", explica a professora Livia Vieira, pesquisadora na área de políticas públicas educacionais.

Além da extensão do período de obrigatoriedade do ensino público, a nova legislação exclui os recursos destinados à educação do cálculo da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Esse era, inclusive, o primeiro objetivo da Emenda, quando apresentada em 2003 pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A DRU permite que o Estado retire 20% das suas receitas antes de distribuí-las às áreas da saúde, educação, assistência social etc. Funcionava assim: segundo a regra constitucional, 18% dos impostos coletados pela União devem ser destinados à educação. Antes da Emenda, no entanto, por meio da DRU, o Estado podia retirar 20% do valor total arrecadado e, só então, fazer o cálculo da parte reservada à educação. Ou seja, se fossem arrecadados 100 reais de impostos, por exemplo, a porcentagem destinada à área educacional incidiria sobre 80 reais, já que 20 teriam sido desviados pela DRU. Com a promulgação da Emenda 59, a educação deixa de fazer parte dessa regra e o cálculo dos 18% passa a ser feito sobre o valor total de impostos arrecadados.

Quando a Emenda foi para a apreciação dos deputados na Câmara, foram incluídos outros elementos que não constavam na proposta original. Uma das mudanças foi, justamente, a extensão da obrigatoriedade do ensino. A outra alteração relaciona-se ao Artigo 214 da Constituição, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE). Com a Emenda 59, criou-se um inciso que estabelece que o PNE deve instituir uma meta de aplicação de recursos na educação proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB). "Quando o PNE que está em vigor foi aprovado, em 2001, tinha sido autorizado que, em 2011, seriam destinados 7% do PIB à educação. Só que isso foi vetado depois, com o argumento de que contrariava a legislação. Com a Emenda 59, nenhum governo poderá vetar, pois é matéria constitucional", afirma o consultor da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Araújo. Segundo a coordenadora-geral de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), Rita Coelho, essa era uma reivindicação que contava com grande articulação nacional de movimentos sociais, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do próprio MEC. "Esse é um aspecto que une diferentes setores. Há um crescimento da riqueza do Brasil, mas não há uma priorização de gastos na educação", diz.

A lei é importante, mas a qualidade é fundamental

Segundo dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada em 2008, havia, no país, um total de 6.722.500 crianças entre quatro e cinco anos de idade. Destas, 72,8% (4.893.980) estavam matriculadas na pré-escola, de acordo com o Censo Escolar 2008. A demanda de inclusão na educação infantil nessa época era, portanto, de 27,2%, o correspondente a 1.828.520 crianças.

O Censo Escolar 2009 apontou uma pequena redução no número de matrículas na pré-escola. Segundo o levantamento, no ano passado, 4.822.397 crianças ingressaram na educação infantil. Porém ainda não há como estabelecer a demanda atual de vagas na pré-escola, já que não há uma contagem mais recente do número total de crianças da faixa etária correspondente a esse nível escolar.

Até a promulgação da nova EMC, a responsabilidade pelo ensino infantil público era, em geral, dos municípios. Entretanto, havia controvérsias quanto ao papel do Estado brasileiro na oferta da educação. O inciso I, do artigo 208 da Constituição Federal (alterado pela Emenda 59) determinava que "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria". Contudo, o inciso IV do mesmo artigo apontava como dever do estado a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade".

Sendo assim, alguns grupos entendiam que a obrigação de oferta pelo Estado estava assegurada apenas para o ensino fundamental, enquanto outros acreditavam que ela abarcava também a pré-escola. Para a pesquisadora Mônica Correia, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil e Infância, da Faculdade de Educação da UFMG, um primeiro ponto positivo da Emenda é acabar com essa discussão. "Ficou muito claro, agora, que o Estado é obrigado a fazer a chamada pública, a promover a matrícula da criança, a garantir vaga perto da casa dela."

Segundo Mônica Correia, a nova legislação favorece principalmente as famílias mais pobres. Ela ressalta que, entre a classe média, 98% das crianças já estão na escola aos quatro anos. "É para quem é pobre que essa lei vai fazer sentido, pois vai tornar visíveis crianças que estavam invisíveis para o sistema educacional." Para a pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares da Universidade Federal de Uberlândia, Gercina Santana, existe um desejo desses pais menos abastados financeiramente em ver seus filhos na escola. "O problema é que ele não sabe que tem direitos, não sabe onde é que fica essa escola. A Emenda, nesse sentido, servirá como instrumento de reivindicação dessas famílias", avalia.

O encargo de pais e responsáveis pela matrícula dos filhos na educação básica também fica determinada como obrigatório pela nova legislação, fator este que contribui para a inserção de crianças e adolescentes nas escolas. Porém, segundo a professora Lívia Vieira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é preciso que haja, também, um investimento que garanta um atendimento de qualidade. "Não é só matricular a criança na escola, abrir uma sala, colocar uma carteira e deixar os meninos sentados lá. Não adianta obrigar as famílias a matricularem seus filhos se a escola não for boa", alerta.

Segundo a professora, estudos mostram que a pré-escola tem um impacto positivo na vida da criança, mas isso está relacionado à sua qualidade. "Um dos argumentos pró extensão da obrigatoriedade é a universalização do ensino. Mas algumas pesquisas já mostraram que a universalização nem sempre é garantida com a obrigação da frequência." Para a coordenadora de Educação Infantil da Escola de Aplicação da Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, Analúcia Vieira, a qualidade está relacionada aos equipamentos disponíveis, aos materiais utilizados, ao espaço físico, aos professores, ao currículo adotado e à comunidade escolar. "Além disso, é preciso pensar na inserção [dessas crianças] em outros espaços fora da escola, como museus", ressalta.

Propostas pedagógicas no cotidiano

Com a inclusão da pré-escola no período de ensino obrigatório, a questão em torno das propostas pedagógicas deverá ser aprofundada. "O que é que a gente faz com esse menino para garantir a ele o direito à educação?", questiona Mônica Correia.

Um primeiro passo é não pensar na pré-escola como um período de transição, uma preparação para o ensino fundamental. "O nome pré-escola já é uma denominação ruim, porque dá essa ideia de algo que antecede a escola. Deve-se pensar a pré-escola como uma etapa da educação básica, com identidade própria", defende. Nesse sentido, a educação infantil tem suas especificidades, que devem responder às competências e às características da criança e, ao mesmo tempo, se articular com a etapa seguinte, sem rupturas.

Segundo Mônica Correia, essa etapa precisa ser compreendida como aquela que irá garantir os aspectos básicos para o indivíduo ser inserido na sociedade, tornar-se um cidadão. "Se percebermos a educação básica como um todo, veremos que ela se estrutura em etapas, porque esse sujeito vai de zero a 17 anos de idade. Então, o ideal seria que se estruturasse a educação à luz dessa trajetória humana."

Para a professora Lívia Vieira, as propostas pedagógicas da educação infantil devem oferecer às crianças o contato com o livro, com o hábito de contar histórias, além de um bom mediador. "A escola precisa de um bom professor, que tenha uma boa formação, que conheça a pedagogia da infância e que conheça a criança. É também importante que esse profissional saiba da importância da relação com as famílias e tenha um compromisso com a formação do leitor", diz.

O contato com o livro, no entanto, não quer dizer que seja obrigatória a alfabetização da criança nessa etapa do ensino. "Se pensarmos na história da escola, ela surgiu para ensinar a ler e escrever, para ser uma instituição que formalizasse o conhecimento", observa Mônica Correia. Mas, segundo a professora, é preciso pensar, dentro dessa trajetória da criança, o que é apropriado para que ela conheça a linguagem escrita. "E eu acho que de zero a seis anos de idade, tem muita coisa que ela pode aprender, inclusive, se apropriar do código escrito. Mas se ela não entender, não há crime nenhum, porque ainda terá alguns anos para se tornar um usuário desse sistema."

Segundo a coordenadora-geral de educação infantil da SEB/MEC, Rita Coelho, não há, ainda, um plano específico do governo para realizar a expansão do ensino à pré-escola. Ela informa que, além dos programas já realizados pelo MEC voltados a essa área, estão sendo criados grupos de trabalho em parceria com a Undime, que serão compostos por representantes dos 174 maiores municípios brasileiros. "Nós vamos elaborar orientações para os sistemas e debater uma alteração da LDB. Vamos ter que prever frequência mínima, duração de ano letivo, forma de avaliação, currículo da educação infantil, a própria gradualidade... O município tem até 2016, mas ele não pode deixar para a última hora", afirma.

Tudo começa com a formação

A qualidade do trabalho realizado com a criança está intrinsecamente vinculada à formação profissional do educador. Segundo a professora da Universidade Federal do Ceará, Sílvia Cruz, há uma concepção errônea de que, para se trabalhar com educação infantil, basta ter filhos e gostar de criança. "Entende-se que, quanto menor a criança, menor a necessidade de escolaridade por parte do educador. Mas a criança é um sujeito que precisa de múltiplas linguagens que auxiliem no seu desenvolvimento."

Para Analúcia Vieira, a educação infantil deveria contar com profissionais mais bem preparados. "As crianças têm poucas condições de lutarem pelo que elas querem. Então, quanto melhores os professores estiverem, melhor eles irão desempenhar esse

papel de mediação", defende.

Ao todo, segundo dados do Censo Escolar 2009, existem no Brasil 258.225 professores atuando na pré-escola, dos quais, aproximadamente, 96% são mulheres. "A mulher sempre esteve muito relacionada ao cuidado, e o cuidar e o educar sempre foram vistos como especificidades da educação infantil", explica a professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Léa Tiriba.

Segundo o artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), "Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio". Entre os profissionais brasileiros, 49% têm ensino médio (modalidade normal e magistério) e outros 49% possuem formação universitária. No entanto, 2% dos profissionais atuantes na pré-escola (mais de 5 mil educadores) ainda possuem formação apenas no ensino fundamental. Entre as habilitações no ensino superior, 44% têm formação de professor de disciplinas profissionais, 3,6% são formados em humanidades e letras e 2,9% na área da saúde. Os outros 49,5% estão espalhados em diversas habilitações, como computação, administração, jornalismo e até mesmo veterinária. Do total de professores, apenas 5% possuem um curso específico de pré-escola.

Para Mônica Correia, existe um "apagão" de profissionais na educação como um todo, pois há uma depreciação generalizada dessa área. "As pessoas não estão interessadas em ser professores, porque a carreira é ruim, o salário é baixo e os desafios são muitos. E, lamentavelmente, na educação infantil essa desvalorização é ainda mais acentuada."

Além da falta de profissionais capacitados, outro problema apontado pela pesquisadora é a precariedade da formação inicial. Segundo Mônica Correia, a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia não responde ao desafio de formar professores. Nas condições em que se organiza atualmente, o curso é responsável por formar diversos profissionais, como o professor e o gestor da educação infantil e do ensino fundamental; o professor das disciplinas pedagógicas do magistério; o pedagogo; o pesquisador; entre outros. "Cada habilitação demoraria pelo menos quatro anos para ser bem cursada. Mas elas estão todas juntas num curso de quatro anos e meio. Assim acaba que não formamos nenhuma das coisas", critica. Para ela, uma solução seria a escolha da especialidade – por exemplo, educação infantil – ao ingressar na universidade.

Além das condições ruins da formação inicial, Mônica Correia destaca também o problema da formação continuada. "Como nós temos um início precário, a formação continuada não chega a trazer as novidades para os professores, a inserir os novos estudos, porque ela precisa correr atrás daquilo que deveria ter sido dado no começo."

No que se refere à Emenda 59, os profissionais da educação atuantes nas salas de aula parecem ainda mais distantes das discussões acadêmicas. Isso porque, segundo a professora Livia Vieira, não houve um debate amplo antes da aprovação da EMC. "Não se ouviu, não houve tempo para amadurecer a questão. E isso também causou uma estranheza, sobretudo aos que estão vinculados à educação infantil." Angelita Goss, há mais de 10 anos como coordenadora pedagógica da Escola Municipal de Educação Infantil Sidom, em Fazenda Rio Grande (PR), diz nunca ter ouvido falar sobre a Emenda 59. Geisa da Silva, coordenadora pedagógica há seis anos da Escola Municipal Augusto Frederico Schmidt, no Rio de Janeiro (RJ), por sua vez, só soube da nova legislação porque tem o hábito de ouvir A Voz do Brasil [noticiário público veiculado obrigatoriamente por todas as rádios brasileiras]. "Mas eu acho que as minhas outras colegas não sabem dessa nova lei não", diz.

Obrigatoriedade não garante financiamento

Os recursos financeiros destinados ao setor da educação, provenientes da arrecadação de impostos, são administrados pelo MEC, responsável por repassar a verba aos Estados e municípios. Estes são obrigados a investir 25% do total arrecadado, enquanto a União deve aplicar 18%.

Uma das formas de redistribuir esses recursos é por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que atende a toda a educação básica, da creche ao ensino médio. O dinheiro repassado pelo MEC se baseia no número de matrículas de crianças e jovens nas escolas públicas.

Os recursos provenientes do Fundeb poderiam auxiliar na expansão da pré-escola, no entanto, cabe ao município escolher como irá aplicá-los. "Um município pode arrecadar 200 reais para a educação infantil e 400 reais para a educação fundamental, por exemplo. Porém ele irá receber o valor total, no



caso, 600 reais, e pode aplicar esse dinheiro da forma que bem entender. Se quiser, pode investir 500,00 na educação fundamental e 100,00 na educação infantil", critica Mônica Correia.

Em geral, os municípios são responsáveis pela educação infantil e fundamental, e os Estados, pelo ensino fundamental e médio. A União, por sua vez, entra de forma complementar, por meio da complementação no Fundeb e do desenvolvimento de programas, como de distribuição de livro didático, merenda escolar, ônibus escolar, entre outros. "Mas esses programas não pagam, por exemplo, pessoal, infraestrutura ou a manutenção cotidiana das escolas", ressalta o consultor da Undime, Luiz Araújo.

A verba para expansão da pré-escola poderia, então, vir da desvinculação do setor da educação da DRU. No entanto, a Emenda 59 não garante que os recursos a mais gerados a partir disso serão direcionados para esse fim. "Na verdade, se juntaram na mesma emenda duas coisas que não estão diretamente ligadas. Uma coisa é retirar a educação do cálculo da DRU, o que significa que o MEC vai ter mais dinheiro. Outra coisa é aumentar a obrigatoriedade, incluindo a pré-escola e o ensino médio", explica Luiz Araújo. De acordo com o consultor da Undime, "se criou uma expectativa falsa de que uma coisa estava garantindo a execução da outra, mas isso não é automático. Tudo depende de como o MEC vai proceder com o orçamento".

Para a professora Mônica Correia, o problema do financiamento e outros desafios que envolvem a implantação da Emenda 59 são decorrentes da concepção de infância que se tem. Segundo ela, apesar de o Brasil ter boas leis, o que está na legislação ainda não está posto, de fato, para a sociedade. "A lei no Brasil funciona muito mais como uma bandeira, uma condição para sonhar e lutar por um direito, do que um instrumento para assegurá-lo. É como se fosse um horizonte de utopia." A pesquisadora afirma a necessidade da conscientização de se assegurar à criança a educação e de se mobilizar a sociedade para o cumprimento da Emenda. "Eu acho a questão do financiamento, das condições materiais precárias, da pouca oferta que existe etc., tudo muito grave. Mas isso é consequência do fato de não reconhecermos a criança como um sujeito de direitos, principalmente à educação", avalia.

»»» A educação infantil e suas diretrizes

Para orientar profissionais e instituições de ensino, são criadas diretrizes curriculares para todas as etapas, desde a educação básica, até os níveis superiores. Em 1999 foram produzidas as Diretrizes da Educação Infantil, que, dez anos depois, em agosto de 2009, passaram por uma revisão. "As novas diretrizes foram necessárias porque muita coisa mudou nesse tempo. Há dez anos, eu diria que tínhamos uma condição mais precarizada de atendimento do que temos hoje", explica Mônica Correia.

Há países que não legislam sobre suas diretrizes educacionais; outros criam documentos prescritivos, indicando minuciosamente o que deve ser alcançado em cada etapa de ensino. No caso do Brasil, adotou-se um meio termo. As diretrizes dão orientações gerais e deixam a critério dos sistemas e instituições a minúcia da proposta pedagógica que deve ser construída. Para a professora da Universidade Federal de Alagoas, Lenira Haddad, isso gera uma tensão: "Quanto menos específica é a formação do professor, mais ele precisa de orientação. Ao mesmo tempo, tem-se a percepção de que o currículo precisa ser amplo para abarcar as diversidades", diz.

Mônica Correia considera que as diretrizes no Brasil deveriam ser um pouco mais definidas. "Eu vejo um desamparo muito grande do professor, talvez por reflexo de uma formação defasada. Fazendo essa reflexão, eu tendo a achar que era melhor a gente definir mais, mas sempre deixando espaços para regionalismos

e traços culturais". Ela cita o exemplo da Espanha, cujo currículo bem detalhado não acaba com a autonomia dos professores nem restringe os espaços para as identidades culturais.

A pesquisadora destaca como grande avanço das Novas Diretrizes o conceito de educação infantil. Segundo consta no documento, trata-se da primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, espaços institucionais não domésticos e caracterizados como educacionais públicos ou privados. O objetivo desses estabelecimentos é educar e cuidar de crianças de até seis anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial. Também está previsto acompanhamento e controle social desses espaços por parte dos sistemas de ensino. "Uma creche que tem funcionamento noturno, por exemplo, não é educação infantil. Não estou dizendo que não devam existir esses espaços, mas eles devem ser integrados à assistência social e à saúde, e não à educação", explica.

Outro avanço apontado por Mônica Correia é a concepção de criança e as competências profissionais na educação infantil. "As diretrizes dizem que a criança tem o direito a aprender e mostram como é que se garante isso à faixa etária da primeira infância. Esse documento também traz uma proposição mais fortalecida das capacidades que o professor de educação infantil deve ter."

»»» O que é uma EMC?

Uma Emenda Constitucional (EMC) tem por objetivo permitir modificações na Constituição de um país. Por meio da EMC, é possível inserir pequenas mudanças sem que haja a necessidade de abolir a Carta Magna vigente e elaborar uma Constituição inteiramente nova. No momento em que a Emenda é promulgada, todas as leis que existiam anteriormente e que eram contrárias ao que ela determina perdem a validade. No entanto, o consultor da Undime, Luiz Araújo, lembra que nem tudo pode ser modificado: "Há determinadas cláusulas, chamadas Cláusulas Pétreas, que não podem ser alteradas por Emenda Constitucional", diz.

A iniciativa de propor uma EMC pode ser do Presidente da República, de um terço dos deputados da Câmara Federal ou de um terço do Senado. Ou seja, qualquer parlamentar pode apresentar um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), mas, para isso, é preciso que, antes, outros parlamentares concordem com a proposta. "Isso se consegue com facilidade porque todo mundo assina a Emenda de todo mundo, sem se comprometer com o mérito. Aprovar é que é difícil", ressalta Luiz Araújo. Uma Emenda também pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas, desde que cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus membros.

Para que uma PEC seja aprovada, é preciso um *quorum* qualificado, ou seja, o aval de três quintos dos votos dos deputados e dos senadores – 308 e 49, respectivamente. À exceção das propostas de Emenda à Constituição de autoria de senadores, as demais começam a sua tramitação pela Câmara dos Deputados. Para aprovação, é preciso, ainda, que o texto seja coincidente na Câmara e no Senado. Se o texto integral for diferente nas duas casas, a Emenda só é promulgada na parte coincidente. "A grande complexidade de se aprovar uma EMC, além de *quorum*, é a dificuldade de se aprovar o mesmo texto na Câmara e no Senado", observa Luiz Araújo.

Desde 1988, ano da promulgação da Constituição brasileira ainda em vigor, foram aprovadas 64 Emendas Constitucionais, duas em 2010.



Entrevista: SIMONE REGO

Diversão e cultura pela TV

Simone Paula Rego é roteirista de televisão, nascida em Belo Horizonte (MG) e graduada em Rádio e TV pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Trabalhou inicialmente como repórter de rádio e em agências de publicidade, para depois passar à produção de roteiros de ficção para programas de televisão. Durante os dezesseis anos em que viveu em São Paulo, construiu toda sua formação prática, trabalhando com roteiros para programas das mais diversas áreas, como economia, política, turismo, até ingressar na ficção infantil e infantojuvenil. Seu primeiro trabalho nesse campo foi a série educativa *Acampamento Legal*, veiculada pela Rede Record em 2001. Mais tarde, voltou para Belo Horizonte e foi convidada pela Rede Minas para desenvolver o primeiro programa de ficção infantil produzido no Estado. Simone Rego participou de todo o projeto, desde a definição dos temas a serem tratados até a criação dos personagens. O produto final foi o *Dango Balango*, atração que já está no ar há quatro anos. Na entrevista concedida ao *Letra A*, a roteirista conta um pouco mais sobre esse processo de criação de um programa educativo para crianças. Simone Rego fala, ainda, sobre suas impressões a respeito da produção cultural para crianças no Brasil. Para ela, programas infantis se equivocam ao "tirar a criança daquele universo infantil e já colocá-la em um universo de adulto", promovendo valores que ainda são muito precoces para os mais novos, como aqueles que usam e abusam de apelos não apropriados à infância. Sobre as dificuldades em se produzir um programa infantil educativo de qualidade, Simone Rego destaca a falta de investimento das grandes emissoras: "Quando o executivo de uma grande emissora coloca na ponta do lápis, ele vê que com o que ele iria produzir dez programas infantis no Brasil, ele consegue comprar cem programas norte-americanos. É mais fácil e mais barato importar". (JULIANO FERREIRA)

Fotos: Juliano Ferreira



Como podemos definir um programa infantil como educativo?

Acho que um programa infantil, pra ser considerado educativo, tem que oferecer mais que entretenimento ou ser mais que apenas um passatempo para a criança. A TV hoje em dia tornou-se uma "babá eletrônica" e está presente na vida da criança de forma exagerada. Muitos meninos e meninas ficam expostos durante horas seguidas à TV, o que se torna extremamente prejudicial e não contribui em nada para a educação deles. Como o uso do computador precisa ter regras, a TV também precisa de limites. O tempo de brincar, de interagir com outras crianças, de desenhar e pintar é muitas vezes deixado de lado porque é mais cômodo para os pais simplesmente ligar a "babá eletrônica". Sobrecarregados, eles deixam para a TV uma responsabilidade que ela não pode assumir. Desde que seja apenas mais um elemento presente na vida da criança, a TV pode, sim, ser uma aliada na educação. Há vários programas infantis de qualidade que, além de divertir, se propõem a "educar". Mas não a educação formal, e sim no sentido de ampliar o universo infantil, oferecer novas visões sobre os temas que estão no dia a dia da criança e, principalmente, ajudar a formar personalidades críticas, capazes de questionar e se posicionar frente ao mundo.

Há um grande preconceito com relação aos programas educativos, considerados didáticos demais e pouco interessantes. Em sua opinião, esse gênero ainda precisa ser mais bem desenvolvido?

Com as novas linguagens e possibilidades que surgem a cada dia, um programa que seja puramente didático não tem a menor chance de fazer sucesso com as crianças. Num mundo de tantos atrativos, novidades, variadas fontes de informação e entretenimento, interatividade a um clique do *mouse*, é preciso ser realmente interessante para atrair a atenção da garotada. A criança, com as especificidades de cada faixa etária, busca, num programa de TV, primeiro, se divertir com seus personagens e histórias. Ela procura estabelecer relações com sua própria vida, se espelha em seus heróis e anti-heróis e passa a compreender intuitivamente as relações humanas. Mas tudo isso é inconsciente, porque para ela o que conta é a diversão.

Como você avalia a produção cultural para crianças, principalmente, na TV aberta?

Uma coisa que a TV brasileira, principalmente voltada para o público infantil, tem feito muito, e eu acho que devia segurar um pouco, é incentivar valores que são precoces, do tipo que levam à erotização, por exemplo. As histórias sempre têm o namoradinho e a namoradina, sempre vão muito para esse lado. Acho que a TV, principalmente a ficção infantil, hoje em dia, tem essa coisa que é um pouco equivocada de tirar a criança daquele universo infantil e já colocá-la em um universo de adulto, apresentar questões e preocupações que não precisam estar na cabecinha das crianças nesse momento. Por isso que a gente brinca muito e fala muita coisa engraçada com os bonecos, para a criança ver que ela tem mesmo que só brincar e não se preocupar com nada. E tanto os



SIMONE REGO é uma das roteiristas do programa *Dango Balango*, que vai ao ar na Rede Minas às terças e quintas-feiras, às 10h30 e 13h30, e aos sábados às 10h



programas da TV aberta quanto da TV fechada seguem mais ou menos a mesma fórmula. Os programas são todos parecidos. É lógico que a gente tem programas que abrem um outro olhar para a criança, tem coisa muito boa sendo feita sim. Mas, geralmente, as fórmulas consideradas de sucesso são reproduzidas, não se inova muito.

O que os responsáveis pelos programas infantis devem levar em conta para não ultrapassar esse “limite” e não infantilizar ou “adultizar” as crianças?

Hoje em dia você vê crianças muito novinhas usando maquiagem, salto alto, quer dizer, a mídia está inculcando muito cedo valores com os quais elas não devem lidar agora. E a gente tem essa preocupação: se estamos no universo infantil, então vamos falar de coisa de criança. Quanto aos limites, a questão maior está na faixa etária da criança. Quando a gente cria um programa infantil, a gente determina: "nós vamos atingir crianças de três a seis anos de idade, ou de sete a 10, por exemplo". Então, os temas, o tratamento, a linguagem devem estar adequados à faixa etária. No caso do *Dango Balango*, nosso público ainda não é adolescente, é um público infantil mesmo. Então, nós temos que pesquisar sobre o que a criança de determinada idade está interessada, qual é o seu universo, o que ela procura na internet, quais *sites* acessa, quais outros programas de TV assiste. E se a gente achar que o programa não está adequado, procuramos adequá-lo. Às vezes há muita inversão, um programa se propõe a ser destinado para crianças pequenas, mas traz temas que não seriam para aquela faixa etária. Então tem que haver uma preocupação, principalmente de pesquisa, muito grande. A gente pesquisa muito, lê muito para conseguir fazer uma coisa bacana, que a criança goste de assistir.

Na TV brasileira são poucos os programas infantis educativos de sucesso. Por que é tão difícil produzir um programa de qualidade e que, ao mesmo tempo, agrade às crianças?

A qualidade está ligada a muitos fatores. Tem gente que acha que, para se produzir um bom programa, você precisa ter muito dinheiro. É possível trabalhar com pouco recurso usando a criatividade. É até um exercício. Se você não tem tanta verba para fazer alguma coisa, pode usar o *chroma key* [técnica de efeito visual que consiste em colocar uma imagem sobre uma outra através do anulamento de uma cor padrão, como o verde ou o azul]. E fica até divertido, porque você brinca com essa carência. Eu acho que o

produtor brasileiro de programas infantis vai muito por aí, "se eu não tiver milhões, eu não consigo fazer um programa bacana". Não é assim. Você não tem que ter milhões, você tem que ter ideias.

Em sua opinião, falta interesse das grandes redes de TV em investir em programas educativos ou a produção é que é deficiente?

É muito mais barato para as grandes emissoras comprarem programas estrangeiros, principalmente americanos, porque eles são vendidos por pacotes. Então, quando o executivo de uma grande emissora coloca na ponta do lápis, ele vê que, com o que ele iria produzir dez programas infantis no Brasil, ele consegue comprar cem programas americanos. É mais fácil e mais barato importar. O produto brasileiro tem uma aceitação muito bacana, são vistos como produtos de qualidade. Mas o que prevalece é a preocupação com o lucro, pois se quisessem investir realmente na produção brasileira, com certeza você teria muitos *Dango Balango*, muitos programas de qualidade. É o caso de mostrar também para as grandes empresas que existe um filão bacana nos programas infantis, e que vale a pena investir neles. Mas a visão empresarial ainda prevalece.

“O produto brasileiro tem uma aceitação muito bacana, são vistos como produtos de qualidade. Mas o que prevalece é a preocupação com o lucro.”

Quais as principais diferenças entre os programas educativos e os ditos comerciais, no que toca à parte de roteirização, produção etc.?

É muito diferente. O programa que tem a preocupação de ter audiência, de vender, de ser comercial, primeiro, tem muito *merchandising*, o que para o nosso caso não tem nada a ver. A gente não acha bacana mostrar um produto no meio do programa. Eu acho que o consumismo infantil já está tão exacerbado... Essa é a maior diferença em minha opinião. Nós não estamos preocupados em vender nada, em ter audiência. Quer dizer, é lógico que a gente quer que todos assistam, mas a preocupação não é essa. A preocupação maior é fazer uma coisa bacana, assim, conseqüentemente, as crianças vão assistir. A criança é muito inteligente, ela rejeita aqueles produtos que sempre usam aquela mesma fórmula, aquele maniqueísmo, o bom e o mau. Muitas vezes os nossos vilões ficam bonzinhos e, depois, eles veem que não tem nada a ver, que eles são maus mesmo. Então tem essa troca, isso é legal também. Você abrir a cabecinha da criança para ela perceber que ninguém é totalmente bom ou totalmente mau, e a TV comercial ainda está nessa coisa.



Dango Balango é o primeiro programa infantil produzido pela Rede Minas. Quais as maiores dificuldades para o desenvolvimento do projeto?

A ideia do programa surgiu devido a uma demanda, já que Minas Gerais não tinha um programa infantil bacana. Como a intenção era fazer um programa de bonecos, a gente chamou o Giramundo, que é um grupo fantástico e reconhecido no Brasil inteiro. A gente tem uma equipe enorme, temos um apoio financeiro que ajuda também. Um projeto desse porte começou de muito estudo, muita pesquisa, trabalhamos por meses desenvolvendo os personagens, os temas. Houve toda uma preocupação conceitual. E a maior dificuldade em desenvolver um projeto como esse é justamente a questão conceitual, por que caminho vamos, como vai ser a linguagem, quais os temas que podem interessar o nosso público infantil. Aí você vê que a coisa vai tomando forma e ela começa a fluir muito facilmente. Hoje a gente tem mais de 80 programas escritos, 80 vitórias, na verdade, uma diferente da outra. Os personagens já viveram mil situações e aventuras e agora, entrando na 4ª temporada, terá muito mais.

“É possível trabalhar com pouco recurso usando a criatividade. Você não tem que ter milhões, você tem que ter ideias.”

E como surgiu essa parceria com o grupo Giramundo?

O nosso diretor-geral já conhecia, há muito tempo, o pessoal do Grupo Giramundo. E eles se interessaram muito pelo projeto. Então foi muito bacana, porque a gente ia até lá, discutia como iriam ser os bonecos e, a partir daí, foram surgindo os personagens. A gente começou com dois bonecos e depois o elenco foi crescendo, assim como os cenários e os figurinos. Hoje a gente tem um grande acervo.

O programa passou por alguma modificação de formato e/ou concepção desde que surgiu?

Sim, a gente vai aperfeiçoando e vendo também o que agrada a meninada. Na 1ª temporada, tínhamos temas, como: invenções, esportes, comunicação. E aí a gente partia de um assunto central e desenvolvia vários quadros com os bonecos ligados a cada tema. Tínhamos também na 1ª e na 2ª temporada alguns quadros que eram fixos. Por exemplo, um que se chamava: "As sombras são", que era um teatro de sombras com os bonecos, muito bacana. Havia outro quadro, sobre magia, que chamava "Troca de truque". Existe um que permanece até hoje, em que a criança pega uma câmera filmadora e mostra alguma coisa do universo dela. Mas a gente foi percebendo que as crianças gostavam mesmo das histórias, dos bonecos, então diminuimos o número de quadros e, hoje, o

formato do programa é o seguinte: há um único tema que se desenvolve do início ao fim do programa, com algumas interrupções. Por exemplo, se o assunto é sonho, a gente vai até uma escola e entrevista várias crianças sobre isso. Daí inserimos as coisas mais inusitadas e mais curiosas que captamos no meio da programação. Fica muito divertido, a participação das crianças é sempre muito legal.

O programa também abre espaço para a literatura. Como se dá a escolha das obras?

A gente tem essa preocupação de levar a literatura para as crianças por meio da TV, de pensar a questão de como a televisão pode se incorporar à literatura. O quadro que mais foca nessa questão é o "Dica Literária". Para isso criamos um personagem, o Traça, que é muito interessante. Ele é um livreiro, mas é uma traça, então, ele devora os livros, literalmente. Ele ama os livros e está o tempo todo dando dicas para a meninada. Durante o programa, os personagens estão sempre lendo, muitas das aventuras e enigmas são desvendados porque eles vão até a livraria e acham uma obra que dá uma pista. Então o livro tem um lugar de destaque dentro do

programa e a gente acha importante isso, incentivar a leitura do suporte livro. Até porque a criança hoje lê muito na internet e em outros meios, o que é legal também, mas o suporte livro é bom que seja resgatado. Quanto ao critério de escolha de obras, a gente tenta sempre buscar os autores nacionais. Lemos todas que chegam para a gente e, a partir daí, indicamos autores, como Bartolomeu Campos de Queirós, Marcelo Xavier, Ângela Lago, que são muito bacanas, entre outros. Fazemos questão de recomendar obras de todas as editoras, para não privilegiar ninguém e abrir um pouco o leque.

Vocês fazem algum tipo de pesquisa ou têm algum feedback, para saber como o programa é avaliado pelo público?

A gente tem muito retorno por *e-mail*. O *Dango Balango* recebe uma quantidade enorme de mensagens de pais e educadores, elogiando e criticando também, lógico. As críticas são boas porque a gente analisa, muitas vezes procede, muitas vezes não. Temos também um canal aberto muito legal com as escolas, principalmente porque vamos lá para gravar as entrevistas com as crianças. Então vem muito daí, desse *feedback* direto com a criançada. E sempre tem o sobrinho do amigo que manda um recado e que fala alguma coisa. Criança também traz muitas ideias, isso é bacana.



LIVRO NA RODA

A pequena vendedora de fósforos – Hans Christian Andersen. Editora Scipione, 1997. Obra mundialmente conhecida do poeta e escritor dinamarquês Hans Christian Andersen. O livro trata, entre outras questões, do abandono de crianças e do trabalho infantil, por meio da história de uma menina que é obrigada pelo pai a trabalhar nas ruas em pleno inverno e acaba tendo um fim trágico. Em 2007, a obra foi transformada em um curta-metragem pelos Estúdios Disney.

O Dodói de Gigi – Francisco Alves. Editora Signus, 2005. O livro traz a história de uma menina que inicia tratamento contra leucemia. A obra é baseada na experiência da filha do autor Francisco Alves, que passou por tratamento médico intensivo após ser diagnosticada com o câncer aos dois anos de idade.

O Pato, a Morte e a Tulipa – Wolf Erlbruch. Editora Cosac Naify, 2007. Obra que aborda a questão da morte, mas com um enfoque diferente. Um pato e a Morte se encontram, e ambos aprendem muito com isso: enquanto o pato procura respostas para suas incertezas, devido ao fato de ter que morrer um dia, a Morte descobre a experiência de se viver – muito mais importante do que esperar pelo fim da vida.

ENTREVISTA

redeminas.adtv.org.br/dangobalango/mundo. Página oficial do programa *Dango Balango* na internet. O site é bastante interativo e conta com um menu cheio de opções para as crianças se divertirem. Além de apresentar os personagens da atração, a página tem jogos de quebra-cabeça e da memória. Há, ainda, imagens em preto-e-branco dos bonecos e dos cenários para serem impressas e coloridas. Também é possível assistir a vídeos da atração e fazer *downloads* de papéis de parede com os temas do *Dango Balango*, da letra e da música da abertura do programa. *Dango Balango* vai ao ar na Rede Minas às terças e quintas-feiras, às 10h30 e 13h30, e aos sábados às 10h. O programa é exibido, também, na TV Brasil, diariamente, às 14 horas.

O TEMA É

Alfabetização e Leitura - José Juvêncio Barbosa. Editora Cortez, 1991. O livro apresenta uma discussão acerca da alfabetização enquanto prática social e fornece aos leitores um rico material para desenvolverem novas práticas em sala de aula. O autor recorre à história das metodologias de alfabetização, a fim de refletir sobre as causas, as influências e o contexto em que se deu o surgimento de novos parâmetros importantes na história da educação.

http://www.unicamp.br/iel/memoria. O site Memórias de Leitura é um projeto acadêmico coordenado pelas professoras Márcia Abreu e Marisa Lajolo. Desenvolvido junto ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a página divulga dados, bibliografias e pesquisas na área.

Diferentes formas de ler – Márcia Abreu. Intercom, 2001. Artigo da pesquisadora Márcia Abreu, apresentado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O texto apresenta uma viagem pela história da leitura, ao longo dos anos, em diversas sociedades, mostrando como sociedade e leitura estão constantemente interligadas. Há também uma análise sobre a representação dos livros nas pinturas das épocas e dados sobre a leitura no Brasil.

Disponível em: http://www.unicamp.br/iel/memoria

EM DESTAQUE

http://www.presidencia.gov.br. Site da Presidência da República Federativa do Brasil. A página apresenta diversas informações relativas ao governo brasileiro, além de permitir a consulta às leis vigentes no país. Para ter acesso ao texto integral da Emenda Constitucional 59, e das demais EMCs brasileiras, basta clicar no link "Legislação" (na parte superior do site), depois em "Constituição", "Constituição de 1988" e, em seguida, em "Emendas Constitucionais".

luizaraujo.blogspot.com. Blog do consultor educacional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Araújo. A página apresenta uma série de notícias e artigos relacionados a políticas públicas educacionais brasileiras, inclusive à Emenda 59. Há, ainda, sugestões de links de outros espaços que debatem o assunto.

SEXUALIDADE

De onde vêm os bebês - Andrew C. Andry. Editora José Olympio, 2003. Livro elaborado por um grupo interdisciplinar formado por educadores, psicólogos, sociólogos, médicos e técnicos especializados em pedagogia do Conselho Americano de Informação e Educação Sexual. Apresenta uma abordagem sutil de temas relativos à sexualidade, por meio de ilustrações que detalham para as crianças todo o processo de fecundação, gravidez, nascimento e amamentação.

Mamãe botou um ovo! – Babette Cole. Editora Ática, 2000. A obra trata a sexualidade de forma bem humorada. O livro conta a história de pais que resolveram explicar aos filhos como os bebês são feitos. Para tanto, eles criam uma fantasia de que as meninas são de açúcar, temperos, cheiro de rosas e outros materiais delicados e os meninos são de lesma, caramujo e pedaços de rabo de cachorro.



Iniciativas que mudam vidas

Professora do Amapá não se dá por vencida diante dos desafios e trabalha para melhorar o ensino em sua escola (ALINE DINIZ)

Desde pequena, a professora Eliana de Almeida, de Macapá (AP), hoje com 41 anos de idade, sabia que tinha talento para ensinar as pessoas: "Eu fantasiava com meus colegas e primos o ambiente escolar, gostava de transferir para as brincadeiras a admiração que tinha pelos meus mestres," lembra. No decorrer da infância e juventude, ela foi se convencendo cada vez mais de que gostaria de se tornar professora.

Para alcançar seu objetivo, cursou o magistério e, com 18 anos, já dava aulas para crianças

do ensino fundamental. Sua primeira experiência com alfabetização foi em uma instituição privada: "Na escola particular, eles nos orientavam e forneciam apostilas para padronizar e facilitar o processo de ensino da escrita e da leitura". Além do material, a instituição promovia cursos de formação continuada, o que motivou a educadora a estudar mais: "Senti a necessidade de iniciar novas leituras e por isso ingressei na faculdade de pedagogia", conta Eliana.

Criatividade para superar desafios

Os percalços de sua vida profissional começaram em 1994, quando a professora foi aprovada em um concurso público e passou a trabalhar na Escola Estadual Emílio Médice, no município de Laranjal do Jari (AP). O seu primeiro contato com a realidade das escolas públicas não foi nada animador: "Eu achava que as instituições estavam preparadas para receber os profissionais com cursos, infraestrutura e orientação, mas nos primeiros dias de trabalho pensei que não daria conta".

De acordo com Eliana, a escola tinha problemas, como infraestrutura deficiente, falta de orientação pedagógica e ausência de trabalho em equipe por parte dos docentes. "Aquele situação era um desafio muito grande, porém, quando me deparei não só com a carência, mas com as histórias de vida dos alunos, me vi motivada a contribuir para mudar aquela realidade e formar cidadãos conscientes".

O trabalho da educadora no Laranjal do Jari não foi nada fácil. Primeiro, Eliana firmou parcerias com os colegas e sugeriu que as atividades fossem planejadas em conjunto. A partir disso, os docentes não só conversavam sobre as aulas, mas também discutiam os resultados dos métodos de ensino e traçavam caminhos para sanar as dificuldades dos alunos e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

Eliana desenvolveu, ainda, trabalhos específicos voltados para o ensino da leitura. "Fizemos projetos ligados à poesia, questão ambiental e feira de ciências, mas todos eram voltados para o campo da leitura. Nosso objetivo era que os alunos lessem algo e incorporassem o aprendizado em sua experiência de vida, por meio da mudança de hábitos e atitudes", explica.

Ela conta que o mais gratificante em todo esse trabalho foi o envolvimento da comunidade na trajetória escolar das crianças. A escola passou a promover exposições com os trabalhos dos estudantes e a família dos alunos era muito presente: "O trabalho na Emílio Médice foi muito satisfatório, porque, apesar de carente e considerada violenta, a comunidade do Laranjal do Jari era muito participativa e os pais valorizavam o trabalho dos filhos".



Fotos: acervo pessoal

A supervisora Eliana de Almeida, da Escola Estadual Modelo Guanabara, no Amapá, acompanha de perto o trabalho dos professores e está sempre disposta a ajudar no que for preciso

Parceria

Ao final do Pró-Letramento, Eliana voltou a sua rotina na Escola Estadual Modelo Guanabara, onde se tornou supervisora, ou, como ela diz: "aliada dos docentes para melhorar a qualidade do ensino".

Ela afirma que seu papel na instituição é acompanhar de perto os profissionais e ajudá-los nos momentos conturbados. "Quando um colega me diz que não pode realizar uma atividade por falta de algum recurso, eu discuto com ele outras maneiras de se implementar a atividade", conta.

Para a supervisora, não adianta apenas idealizar o que se aprende na faculdade; é preciso se esforçar para colocar em prática os ideais e os conceitos acerca da educação. "E essa tarefa é mais fácil quando realizada em conjunto", conclui Eliana.

Ensinando a ensinar

Depois de trabalhar por dez anos no interior do Amapá, Eliana se mudou para Macapá e começou a lecionar na Escola Estadual Modelo Guanabara. "Fui para a capital para acompanhar o trabalho do meu marido e facilitar o ingresso de minha filha na faculdade," diz.

Em Macapá, ela teve a oportunidade de vivenciar uma experiência completamente nova: ser professora de professores. Tudo começou quando Eliana participou de um curso do Pró-Letramento (programa de formação continuada de professores das séries iniciais oferecido pelo MEC em parceria com Estados e municípios) e se tornou tutora do programa. Como tal, ela deveria lecionar para os educadores do ciclo básico da rede estadual do Amapá.

Essa empreitada também não foi fácil. Eliana conta que encontrou obstáculos para concluir o programa de aulas proposto pelo cronograma. "Faltou suporte da Secretaria Estadual de Educação para a realização de algumas atividades, como exibição de vídeos e leitura de xerox." Contudo, apesar dos empecilhos, os objetivos propostos pelo Pró-Letramento foram alcançados. Eliana considera que o curso foi de grande importância tanto para ela quanto para os outros profissionais que participaram: "Os professores tiveram a oportunidade de discutir a prática docente e aprender novas formas de ensinar os conteúdos, além disso, a troca de experiências de vida foi muito rica", avalia.